

PT notícias



Jornal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

ANO II Nº 76
De 2 a 15 de novembro de 1998

União contra o pacote fiscal

Leopoldo Silva



Seis governadores da oposição recém-eleitos reúnem-se para estudar alternativas ao pacote fiscal anunciado pelo governo

Os seis governadores de Estado eleitos por partidos de oposição formalizaram no dia 29, em Brasília, reação ao pacote fiscal anunciado quarta-feira pelo governo.

Os petistas Jorge Viana (AC), Olívio Dutra (RS) e Zeca do PT (MS); o pedetista Anthony Garotinho (RJ); mais Ronaldo Lessa (AL) e João Capiberibe (AP), ambos do PSB; se uniram não apenas para criticar as medidas governistas, como para dar início à elaboração de propostas alternativas para enfrentar a crise.

Eles condenaram o fato de a proposta exigir de Estados e municípios sacrifício maior do

que o destinado à esfera federal. No entanto, ressaltaram em coro os governadores, a crise não foi provocada pelos Estados, e sim pela política econômica do governo federal.

Na reunião de trabalho realizada pela manhã, governadores e lideranças partidárias decidiram criar um fórum permanente de discussão.

Por meio dessa instância serão analisados os rumos do país a partir da política econômica do governo e formuladas propostas alternativas contra a crise econômica.

Lideranças

O encontro teve a

participação de lideranças nacionais do PT, PDT, PSB, PCdoB, PPS (estava presente o líder na Câmara, Sérgio Arouca, do RJ) e PMDB (o deputado Zaire Resende, político próximo ao governador eleito de Minas Gerais, Itamar Franco). O petista Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola, do PDT, também compareceram.

Lula resumiu a indignação dos opositores: "O governo está muito mais próximo de Washington (onde fica a sede do Fundo Monetário Internacional) do que dos Estados brasileiros e do Congresso Nacional".

Para Lula, o Planalto demonstrou insensibilidade ao ignorar os governadores nas discussões acerca do pacote, apesar de os Estados serem os mais penalizados pelas medidas.

Ajustes

Anthony Garotinho (RJ) condensou as sugestões preliminares dos governadores de oposição eleitos para os próximos quatro anos.

Entre as medidas propostas estão ajustes na Lei Kandir, que desonera bens semi-elaborados para exportação, e na Lei Camata, que limita em 60% o gasto orçamentário com pagamento de pessoal.

"Precisamos de critérios claros de compensação das perdas estaduais impostas pela Lei Kandir, que hoje são políticos; e precisamos retirar aposentados e pensionistas do cálculo para atingir o limite da Lei Camata", afirmou Garotinho.

Os governadores querem ainda tirar os funcionários dos poderes Legislativo e Judiciário da folha funcional, e a criação de um fundo previdenciário, ao qual seriam restituídos os recursos pagos à Previdência Social por funcionários aposentados remunerados integralmente por Estados e municípios.

Grupo

O grupo político de governadores de oposição, consolidado no fórum realizado no dia 29, pretende reunir-se esta semana com seus colegas eleitos ou reeleitos por partidos aliados ao governo Fernando Henrique Cardoso.

A intenção é realizar uma "grande mobilização para impedir a aprovação das medidas no Congresso".

Os líderes oposicionistas avaliam que o pacote prejudica todos os Estados e, conseqüentemente, os municípios.

O governador eleito de Minas Gerais, Itamar Franco (PMDB), por exemplo, já comunicou sua insatisfação com as medidas anunciadas.

Problemas

Os seis governadores de oposição recém-eleitos apresentaram a lideranças de oposição em Brasília os motivos que os levam a temer pela governabilidade de seus Estados nos próximos anos.

RS - O futuro governador gaúcho Olívio Dutra (PT) teceu duras críticas ao pacote governista. "Ele pisoteia ainda mais sobre o pacto federativo. Precisamos ganhar autoridade diante do governo federal para

descentralizar o poder", afirmou Dutra.

RJ - Para Anthony Garotinho (PDT), governador eleito do Rio de Janeiro, o fórum deve ser ampliado para "todos os Estados e todos os municípios. Isso porque, de acordo com o pacote, a conta que eles terão que pagar é superior à do governo federal".

AC - Na opinião de Jorge Viana (PT), governador eleito do Acre, o fórum deve resistir ao que é errado e contruir caminhos adequados à realidade. "O Brasil precisa menos de economistas e mais de sociólogos, unindo sociedade civil, Congresso, governadores e prefeitos.

AL - Ronaldo Lessa (PSB), eleito governador de Alagoas, foi contundente: "Este fórum é permanente e não pode ser agendado, mas ditar sua própria agenda para mostrar que temos alternativas para o país".

MS - Para Zeca do PT, governador eleito do Mato Grosso do Sul, o pacote fiscal pode aprofundar a crítica situação em que se encontra seu Estado. "Temos a segunda maior renda per capita do país e o maior rebanho bovino, mas 500 mil dos menos de 2 milhões de habitantes passam necessidades."

Vitórias no 2º turno fortalecem oposição

O balanço que pode ser feito com o término das apurações do segundo turno das eleições é o de que a oposição saiu do pleito vitoriosa. Os candidatos dos partidos de esquerda foram eleitos governadores no Amapá, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. No Distrito Federal o resultado final deu vitória ao candidato do PMDB, Joaquim Roriz, que concorreu com o governador petista Cristovam Buarque. A "dor política" dos apoiadores e simpatizantes é a maior já vivida na capital federal. E ainda parece inacreditável a derrota. Mas temos motivos para comemorar, apesar das tristezas. E o começo foi ainda no primeiro turno, com a vitória de Jorge Viana para o governo do Acre. O Partido dos Trabalhadores elegeu, também, os governadores do Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, no segundo turno.

Mato Grosso do Sul

Foi folgada a vitória de Zeca do PT. Ele recebeu 548.040 votos, 61,27% do total, contra 346.466, ou 38,73%, de Ricardo Bacha (PSDB). Havia um sentimento de mudança no Estado, avaliado a coordenação da campanha de Zeca, que já anunciou como será seu governo: "de justiça e de paz".

O candidato governista, Ricardo Bacha, tentou inviabilizar a eleição, já que temia a derrota. Seus assessores foram para o rádio e a TV na manhã de domingo e disseram que o pleito estava suspenso, e que por isso não havia necessidade de os eleitores irem votar.

O presidente do TRE do Mato Grosso do Sul, Rêmulo

Leteriello, foi obrigado a se pronunciar, chamando o candidato de inseqüente. Por volta das 16h, a sede regional do PT, em Campo Grande, foi arrombada. Entraram no escritório e vários documentos chegaram a ser destruídos. A Polícia Federal está investigando a autoria do crime.

Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul a vitória foi de Olívio Dutra. O petista elegeu-se governador com 2.844.767 votos, 50,78% do total. Antônio Britto (PMDB) obteve 49,22% dos votos, exatamente 2.757.401.

A primeira medida de Olívio como governador eleito foi designar seu vice, o deputado fe-

deral Miguel Rosseto, como representante do PT para fazer a transição com o governador em exercício, Vicente Bogo (PSDB), incumbido dessa tarefa na noite de domingo por Antônio Britto.

Ele disse ainda que sua campanha "despertou a cidadania para a implantação de um governo de transformação econômica e social".

Rio de Janeiro

Anthony Garotinho, do PDT, que tem a senadora petista Benedita da Silva como vice, venceu a eleição no Rio de Janeiro. Foram 4.259.344 votos, 57,98% do total. César Maia, do PFL, recebeu 3.087.117 votos, ou 42,02%.

A senadora deve assumir a futura Coordenação de Promoção Social, anunciou Garotinho, que já declarou sua disposição em convidar outras lideranças petistas para assumirem secretarias em seu governo.

Antes de abandonar o Senado, Benedita pretende aprovar propostas no Orçamento favoráveis ao Rio de Janeiro.

Amapá

O Amapá continuará nos próximos quatro anos sendo governado por João Capiberibe, do PSB. Ele foi reeleito com 93.680 votos, 53,59% do total. Waldez Góes, do PDT, recebeu 81.122,

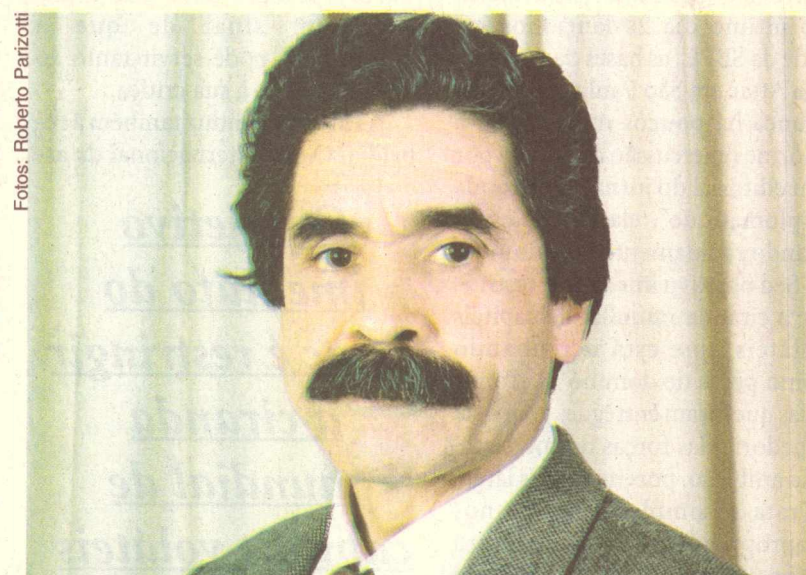
exatamente 46,41%.

A petista Maria Dalva de Souza Figueiredo será a nova vice-governadora do Amapá. Na composição da coligação coube à petista a vaga de vice na campanha à reeleição de Capiberibe.

Governadores eleitos

Acre: Jorge Viana (PT); Alagoas: Ronaldo Lessa (PSB); Amazonas: Amazonino Mendes (PSB); Amapá: João Capiberibe (PSB); Bahia: César Borges (PFL); Ceará: Tasso Jereissati (PSDB); Distrito Federal: Joaquim Roriz (PMDB); Espírito Santo: José Ignácio (PSDB); Goiás: Marconi Perillo (PSDB); Maranhão: Roseana Sarney (PFL); Minas Gerais: Itamar Franco (PMDB); Mato Grosso do Sul: Zeca do PT (PT); Mato Grosso: Dante de Oliveira (PSDB); Paraíba: José Maranhão (PMDB); Pernambuco: Jarbas Vasconcellos (PMDB); Piauí: Mão Santa (PMDB); Paraná: Jaime Lerner (PFL); Rio de Janeiro: Anthony Garotinho (PDT); Rio Grande do Norte: Garibaldi Alves Filho (PMDB); Rondônia: José Bianco (PFL); Roraima: Neudo Campos (PPB); Rio Grande do Sul: Olívio Dutra (PT); Santa Catarina: Esperidião Amin (PPB); Sergipe: Albano Franco (PSDB); São Paulo: Mário Covas (PSDB); Tocantins: Siqueira Campos (PFL).

Fotos: Roberto Parizotti



Olívio Dutra, governador petista do Rio Grande do Sul, eleito em 2º turno



Zeca do PT foi eleito governador do MS com mais de 60% dos votos



Jorge Viana, o único governador petista (Acre) eleito em primeiro turno

ELEIÇÕES

Manifesto da CUT sobre o processo eleitoral



Fotos: Roberto Parizotti

Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente nacional da CUT

A CUT considera que as eleições de 1998 foram profundamente manipuladas para assegurar a manutenção no poder dos representantes dos interesses das elites nacionais e internacionais. Assistimos a uma ação articulada do poder econômico, mídia impressa e eletrônica, institutos de pesquisa e até mesmo da Justiça Eleitoral para reeleger o candidato-presidente e alguns governadores.

A rumorosa aprovação da emenda da reeleição, que permitiu as recandidaturas sem desincompatibilização, foi o primeiro passo para essa manipulação. O uso da máquina do Estado foi a regra. Para garantir a reeleição, FHC mentiu à população e so-

negou informações sobre a gravidade da situação econômica do país. O candidato-presidente utilizou eleitoralmente as prerrogativas de seu mandato.

A mídia exerceu papel decisivo no engodo à sociedade. A crise econômica era solenemente ignorada em jornais brasileiros. Alguns ignoraram até as eleições, muito embora nunca se furtassem a exibir à exaustão o candidato-presidente e suas declarações.

Os institutos de pesquisa participaram ativamente nesse processo. Os boletins de pesquisa eleitoral consistiram em manipulação grosseira de índices para favorecer os candidatos das elites. Em nível nacional, as pesquisas manipula-

das, associadas à forma como foram divulgadas pela mídia, tinham um só objetivo: induzir a reeleição de FHC. Os resultados da apuração demonstraram a manipulação.

Em nível estadual assistimos a alterações ainda mais grosseiras. Houve Estado em que o candidato comprometido com os trabalhadores era colocado em segundo lugar pelas pesquisas. Apurados os votos, ficou em primeiro.

Em outro Estado, o candidato opositor era apontado pelas pesquisas em terceiro lugar, com índices ridículos, mas foi para o segundo turno. Houve segundo turno em Estado onde as pesquisas diziam que o candidato governista venceria no primeiro turno.

Em outros Estados, os candidatos opositores tiveram mais do que o dobro de votos que indicavam as pesquisas. Em São Paulo houve um brutal esforço da mídia e dos institutos de pesquisa para garantir que fossem ao segundo turno apenas os candidatos comprometidos com o projeto neoliberal.

A Justiça Eleitoral, a quem caberia zelar pela lisura do processo, por meio de uma postura de isenção, teve sua imparcialidade rompida pelas declarações do presidente do TSE. Esse senhor primeiro defendeu a conveniência de um desfecho em primeiro turno e a reeleição de FHC.

Essas irregularidades para reeleger o candidato-presidente tiveram motivações claras. O modelo econômico adotado por este governo entrou em crise durante o processo eleitoral.

A situação insustentável a que fomos levados exige mudanças. Mas os compromissos de FHC com as elites determinam que as mudanças sejam feitas às custas dos trabalhadores. A iminência de medidas impopulares, que levou à manipulação para garantir a vitória em primeiro turno.

A CUT considera que a crise é responsabilidade deste governo. Afinal, foi ele quem optou pelo caminho da dependência externa; elevou os juros para atrair a especulação internacional; levou a dívida pública a valores inimagináveis; abriu o país indiscriminadamente às importações; destruiu o setor produtivo nacional; elevou o número de desempregados de 9,65 milhões em 1993 para 13,87 milhões em maio de 1998. Apesar dos componentes internacionais da crise, estamos certos de que o Brasil poderia estar bem menos vulnerável.

As medidas tomadas pelo governo aprofundam a dependência externa brasileira e reafirmam seu compromisso absoluto com o capital especulativo. O governo repete a fórmula do FMI, de promessas de arrocho fiscal e efetiva elevação dos juros.

A elevação dos juros tem efeitos perversos e imediatos sobre a atividade econômica, como o aumento do desemprego e da dívida pública, enquanto o arrocho fiscal significará cortes nos gastos sociais. Ainda mais perverso será o aumento de impostos, que, como sempre, recairá sobre os trabalhadores.

O governo se aproveitará da crise para tentar retirar mais direitos dos trabalhadores. Enquanto a maioria da população pagará pelos erros do governo, os empresários aumentarão a exploração e seus lucros. A CUT não aceitará a ampliação da exclusão, do desemprego e a retirada dos nossos direitos.

Organizaremos os trabalhadores e lutaremos com ânimo redobrado pela defesa de nossos direitos e por um novo modelo de desenvolvimento, que privilegie a produção nacional, a geração de emprego e renda e o fortalecimento do mercado interno, reverta a atual dependência, retome o crescimento e distribua a renda.

Executiva Nacional da CUT

Carta aberta à população do Distrito Federal

O segundo turno das eleições para o governo do Distrito Federal apresentou resultados que entristecem a todos os que compõem a Frente Brasília Popular.

Ao longo destes quatro anos todos nós trabalhamos para melhorar a qualidade de vida de nossa população. Trabalhamos para que cada cidadão ou cidadã de nossa capital pudesse se orgulhar de sua cidade. Pelos avanços conquistados na qualidade dos nossos serviços públicos, pela honestidade, pela participação popular, pela construção de uma consciência cidadã, pela conservação e limpeza de nossas cidades.

A marca deste governo não estará fixada por obras faraônicas, por interesses de empreiteiras, mas pelo Orçamento Participativo, pelos Conselhos Comunitários, pela Bolsa Escola, pela Bolsa Candanga, pela Gestão Democrática das Escolas, pela Humanização dos Hospitais e Centros de Saúde, pelo Saúde em Casa, pelas Agroindústrias, pelo Projeto Saber, pela Paz no Trânsito, pelas Temporadas Populares, pelo Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social, pelo BRB Trabalho, enfim, por tantos projetos que procuraram gerar consciência, respeito à cidadania, emprego e renda.

Nestes anos forjamos a resistência à avalanche destruidora do neoliberalismo. Saneamos, democratizamos e moralizamos as empresas públicas. Procuramos, dentro dos limites de uma difícil conjuntura econômica, prestigiar e valorizar nossos servidores.

A opção feita pela maioria dos votos válidos neste segundo turno ameaça a continuidade de todos estes projetos. Esta maioria preferiu acreditar em promessas que

não se realizarão, em mentiras e em preconceitos trabalhados com a desfaçatez de quem sabe muito bem ludibriar o nosso povo mais humilde.

O nosso compromisso com a democracia e a crença em nossos valores nos levam a consagrar um firme compromisso com todos aqueles que acreditaram em nosso projeto e votaram pela sua continuidade. Nos sentimos responsáveis perante os mais de 500 mil votos dados a Cristovam Buarque e Sigmaringa Seixas, e por isso mesmo manifestamos nossa inteira disposição em continuar a nossa luta em defesa de Brasília. Nos sentimos fortalecidos e respaldados pela quase metade da população que nos apoiou. No dia primeiro de janeiro de 1999, quando deixarmos o Buriti, não estaremos deixando Brasília e o nosso povo. Continuaremos juntos, todos aqueles que querem construir um mundo melhor. Todos aqueles que querem ver toda criança na escola e uma escola de qualidade, todos os que querem uma saúde pública de qualidade, todos os que querem preservar o nosso meio-ambiente, todos os que lutam para que todos tenham emprego e salários dignos, todos os que querem o fim da impunidade e da corrupção, enfim, todos os que querem um futuro de dignidade para os brasilienses e para os brasileiros.

Estaremos juntos nos sindicatos, nos movimentos populares, nos movimentos democráticos, nos nossos partidos reunidos na Frente Brasília Popular, na Câmara Legislativa, no Congresso Nacional. Estaremos juntos sempre que as circunstâncias nos convocarem a assumir nosso lugar na luta por Brasília, pelos interesses



Cristovam Buarque: "você pode contar conosco; o sonho não acabou"

dos trabalhadores e do povo, pela soberania de nosso país, pelos direitos humanos.

Ressaltamos o papel fundamental que tiveram nesta campanha a militância dos nossos partidos, as nossas lideranças políticas eleitas e não-eleitas e toda a torcida que acabou entrando, junto conosco, em campo na busca de nossa vitória.

Sabemos que o nosso trabalho e o nosso papel não se esgotam nestas eleições. Já agora somos chamados a nos posicionar quanto às drásticas medidas que estão sendo tomadas pelo governo federal, que, em nome do chamado "ajuste", não hesita em assaltar os nossos bolsos e a penalizar ainda mais os servidores públicos. Nos-

partidos serão os primeiros a ocupar a trincheira da luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Saiba todo o povo do Distrito Federal que, a partir de janeiro de 99, não iremos nos dispersar. Construiremos, com cada brasiliense, um forte movimento para que Brasília não retroceda, mas prossiga avançando na sua consciência e na sua luta por melhores dias para todos os seus filhos.

Contamos com você e você pode contar conosco. O sonho não acabou!

Assinam: Cristovam Buarque, Sigmaringa Seixas, Arlete Sampaio e os partidos da Frente Brasília Popular (PT, PSB, PCdoB, PDT, PCB, PMN, PSN e PV)

NOTAS

Desejo de mudança no Acre

O deputado mais votado de toda a história do Acre é o petista Marcos Afonso. Com 36 anos, professor e jornalista, ele recebeu 21.556 votos. Foi o sétimo parlamentar mais votado proporcionalmente em todo o país.

Marcos Afonso explica a votação. "Há um desejo muito grande de mudança no povo do Acre", afirma.

De fato, ele não foi o único petista vitorioso na última eleição. Também foram eleitos pelo Acre Nilson Mourão para a Câmara dos Deputados, Jorge Viana para o governo do Estado e Tião Viana para o Senado.

E dos 24 deputados estaduais eleitos, 12 são da Frente Popular, da qual o PT faz parte.

"Temos um povo que é

rebelde e, historicamente, uma trajetória de luta", diz. "Os seringueiros e seringueiros pegaram em armas para que este pedaço de terra fosse brasileiro", relata, referindo-se ao movimento que garantiu ao Brasil a posse das terras compreendidas pelo Acre; a região pertencia à Bolívia.

"Em 62 houve um movimento para o Acre se tornar Estado", continua. A partir de 1978 os acreanos se uniram "contra a ditadura" e, nesse mesmo ano, houve no Estado a primeira grande greve geral de professores.

"Há no Acre um movimento social e político que optou pelo avanço, para construir o futuro no presente."

Recontagem na Paraíba

O desembargador Antonio Elias de Queiroga, do TRE da Paraíba, considerou muito grave a situação registrada no município de Guarabira, onde foi feita uma conferência de votos e praticamente constatada fraude eleitoral. A recontagem de votos na cidade poderá acontecer nos próximos dias e foi solicitada pelo PT, por meio do candidato a deputado federal Avenzoar Arruda, que desconfiou da média de votos brancos e nulos

registrada durante a apuração. Com a conferência, foi constatado que vários votos brancos e nulos foram repassados para outro candidato. Foi comprovado que em dez umas houve irregularidades durante a contagem dos votos e que a diferença entre os dois candidatos caiu de 109 para apenas 30 votos, o que gerou ainda mais desconfiança no Partido, que acredita poder atingir votação suficiente para eleger Avenzoar.

Sindicalista assume

Geraldo Cândido da Silva, diretor do Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro, será o novo representante do PT no Senado. Geraldo é o suplente da senadora Benedita da Silva, que se tornou vice-governadora do Estado, com a vitória de Anthony Garotinho. O substituto de Benedita nasceu em Porto Velho (RN) e foi para o Rio aos

15 anos de idade. Após terminar o segundo grau, entrou no curso de mecânica do Senai. Começou a trabalhar numa metalúrgica e logo participou das primeiras reuniões do sindicato da categoria. Passou por outras fábricas até ser contratado pelo Metrô, onde ficou por 18 anos e ajudou a fundar o sindicato

Senado fica mais petista

Com as vitórias de Tião Vianna (AC), Heloísa Helena (AL) e a reeleição de Eduardo Suplicy (SP), o Partido dos Trabalhadores aumentou sua representação de cinco para sete senadores. A coligação União do

Povo-Muda Brasil garantiu mais uma vaga com Saturnino Braga (RJ), do PSB. O destaque foi a votação do senador Eduardo Suplicy; o campeão no país, com mais de 6,5 milhões de votos.

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1 x R\$ 50,00 2 x R\$ 25,00

Cobrança bancária
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
 Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores
 Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda
 São Paulo-SP - C/C nº 123456-0
 (envie xerox do comprovante)

Nome _____
 Endereço _____
 Profissão _____ Tel _____
 CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Sexo: Masculino Feminino
 Filiado ao PT: Sim Não